

Rio de Janeiro, 25 de março de 2024

Ofício JG n°.: 22/2024

**À Comissão Interamericana de Direitos Humanos**

**À Sra. Roberta Clarke - Presidenta da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e Relatora para o Brasil**

**Ao Sr. Carlos Bernal Pulido, Primeiro Vice-presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos**

**Ao Sr. José Luis Caballero Ochoa, Segundo Vice-presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e Relator para Defensoras e Defensores de Direitos Humanos e operadores de Justiça**

Via e-mail: [cidhdenuncias@oas.org](mailto:cidhdenuncias@oas.org) / [cidhoea@oas.org](mailto:cidhoea@oas.org)

Via e-mail: [cidhdefensores@oas.org](mailto:cidhdefensores@oas.org)

**Ao Sr. Comissário Javier Palummo Lantes, Relator para Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais**

**Sra. Tania Reneaum Panszi - Secretária Executiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos**

Via e-mail: [treneaum@oas.org](mailto:treneaum@oas.org)

**Ref: Movimento Invasão Zero - Ação de Milícias Privadas em áreas rurais, territórios tradicionais, quilombolas e indígenas no Brasil**

A Justiça Global vem, por meio deste informe, relatar e denunciar o crescente agravamento das violações, ameaças, insegurança e violência em áreas rurais, territórios tradicionais, quilombolas e indígenas no Brasil através da atuação do autointitulado Movimento Invasão Zero que está atuando hoje em diversos estados do Brasil.

No dia 21 de janeiro de 2024, Fátima Muniz de Andrade, conhecida como **Nega Pataxó**<sup>1</sup>, do povo Pataxó Hã-hã-Hãe, foi assassinada no município de Potiraguá, no sul da Bahia. O cacique Nailton Muniz, irmão de Nega, foi baleado nessa mesma ocasião.

De acordo com o Cacique Nailton e testemunhas, os Pataxó Hã-Hã -Hãe foram atacados por fazendeiros durante a retomada da Fazenda Inhuma, reivindicada como território tradicional. Os relatos indicam que a Polícia Militar teria aberto caminho para uma milícia rural atirar contra indígenas - incluindo idosos e crianças. Os próprios policiais também teriam efetuado disparos de arma de fogo, de acordo com as testemunhas<sup>2</sup>.

O grupo, formado por fazendeiros e comerciantes, teria cercado a área com dezenas de caminhonetes e tentado recuperar a propriedade com uso de violência. Não havia um mandado judicial para autorizar a desocupação da fazenda<sup>3</sup>.

Vários relatos indicam que a Polícia Militar teria facilitado a ação dos fazendeiros e comerciantes: “O comandante [da PM] conversou com eles [fazendeiros] e mandou tirar as viaturas da frente. As viaturas saíram. Ele [comandante] pegou a tropa dele e dividiu. Botou uma tropa para um lado e outra para outro. E o povo [fazendeiros e milicianos armados] passou”, afirmou uma das testemunhas. Um outro depoimento revela: “A polícia mandou as viaturas saírem da frente de nós. E aí entrou os fazendeiros com os pistoleiros. E aí foram batendo em nós, machucando criança, gente de idade. E foi atirando até atingir dois caciques”<sup>4</sup>.

Os fazendeiros e milicianos estes últimos compostos por policiais militares que também prestam serviços de segurança privada nas horas vagas aos fazendeiros, que mataram Nega Pataxó, integram um movimento chamado “Invasão Zero”, organização paramilitar que, no ataque acima relatado, iniciou-se a partir de chamados pelo aplicativo “whatsapp”, em um grupo com 200 (duzentos) fazendeiros da região, organizado e ad, ministrado pelo movimento Invasão Zero. Dessa forma, sem qualquer decisão judicial e mediante meios próprios e violentos, valendo-se de força letal contra a comunidade que promoveu a retomada do território ancestral, impuseram a barbárie narrada no início deste informe.

---

<sup>1</sup> Segundo o Ministério dos Povos Indígenas, Nega Pataxó era liderança espiritual e professora com importante atuação junto aos jovens e mulheres indígenas. Assim como o irmão, ela integrava redes de saberes tradicionais de universidades brasileiras, sendo doutora em Educação por Notório Saber pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O cacique Nailton Muniz também é doutor por Notório Saber em Comunicação Social pela mesma universidade.

<sup>2</sup> <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/25/pm-abriu-caminho-para-fazendeiros-matarem-nega-pataxo-dizem-sobreviventes-de-ataque-ruralista-na-bahiano> dia 17 de janeiro de 2022.

<sup>3</sup> <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/01/25/paje-professora-e-irma-de-cacique-conheca-indigena-morta-durante-disputa-de-terras-na-bahia.ghtml>

<sup>4</sup> <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/25/pm-abriu-caminho-para-fazendeiros-matarem-nega-pataxo-dizem-sobreviventes-de-ataque-ruralista-na-bahia>

O grupo “Invasão Zero”, entidade privada devidamente registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), teve origem no Estado da Bahia, em abril de 2023, com a autodenominação enquanto articulação de 5 mil produtores rurais em defesa da propriedade privada e contra as “invasões” de terras rurais e urbanas. O grupo é liderado pelos empresários Renilda Maria Vitoria De Souza e Luiz Henrique Uaquim Da Silva, conhecidos, respectivamente, como Dida Souza e Luiz Uaquim. Dados da Receita Federal indicam que o “Invasão Zero” tem a seguinte estrutura societária:

Renilda Maria Vitoria de Souza - presidente;  
José Simões e Silva Neto - diretor;  
Monica da Motta Leca Tabaldi - diretora;  
Margareth Ramos Menezes da Silva - diretora;  
Luiz Henrique Uaquim da Silva - diretor;  
Joel Tablado Junior - diretor.

O “Invasão Zero” ganhou corpo mediante o antagonismo ao Movimento Sem-Terra (MST) da Bahia e, durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do MST, se articulou com parlamentares. Segundo um dos seus fundadores o movimento surgiu com o objetivo de impedir a ocupação da fazenda Ouro Verde em Santa Luzia, no interior do estado da Bahia e foi organizado por meio de grupos de aplicativo do WhatsApp e ganhou a adesão de ruralistas e fazendeiros e inspirou grupos parecidos em pelo menos sete estados do Brasil. Além do estado fundador (Bahia), Goiás, Pará, Mato Grosso, Maranhão, Espírito Santo e Tocantins também contam com organizações semelhantes, que tomam forma de agrupamentos paramilitares de produtores rurais para retirar à força movimentos sociais que estão em ocupações rurais (MST) ou retomadas de territórios tradicionais (indígenas)

O lançamento oficial do “Invasão Zero” ocorreu em abril de 2023, na Assembleia Legislativa da Bahia. Além de dezenas de proprietários de terra, participaram do evento membros da FAEB, a Federação da Agricultura do Estado da Bahia, cujo presidente, Humberto Miranda, já expressou apoio à autodefesa das terras por parte dos produtores rurais<sup>5</sup>.

O “Invasão Zero” afirma estar presente em 200 municípios, coordenados por 16 núcleos regionais. O modus operandi do movimento consiste na integração regional de apoio logístico e armado promovido pelos próprios produtores rurais e milicianos. Há também o compartilhamento de informações via whatsapp sobre estratégias de coerção contra os processos de retomada de territórios por populações indígenas, mediante grave e violento emprego de força armada.

---

<sup>5</sup> <https://sistemafaeb.org.br/produtores-rurais-baianos-cobram-acao-do-governo-para-coibir-invasoes-no-estado/>

Dida Souza presidenta do “Invasão Zero”, é filha do agropecuarista e empresário Osvaldo Souza (falecido em 2012), articula deputados federais, formando uma aliança preocupante e ameaçadora entre produtores de cacau, pecuaristas, políticos de extrema-direita e policiais<sup>6</sup>. Em abril de 2023, Dida Souza se reuniu com o subsecretário de Segurança Pública do Estado da Bahia, Marcel Oliveira, órgão que comanda a Polícia Militar, acusada por indígenas de participar da morte de Nega Pataxó. Nas redes sociais, ela disse ter pedido mais “segurança no campo”. Depois do encontro, ela declarou no Instagram: “Com a união de todos, nós vamos combater esta sigla chamada MST”. Em outra postagem explicou como age o “Invasão Zero”: “Nós criamos o núcleo maior e depois o dividimos por cidades. Aí tem oito cidades num núcleo, mais seis cidades em outro. Todo mundo fica ligado um no outro. Se ocorre uma invasão na sua terras, imediatamente você coloca [a informação] dentro do grupo que você participa. Manda sua localização, diz o que está acontecendo, quem está indo, quantos são. E todo mundo dos núcleos ao redor se une e vai tirar o invasor”<sup>7</sup>.

Ou seja, com base nas afirmações de Dida, ao se compartilhar a localização da região onde está acontecendo um conflito pelo território e o número de envolvidos, os integrantes “invasão Zero” situados nas proximidades se direcionam ao local, sem autorização legal ou judicial, para violentamente expulsar os ocupantes do território. É de se observar, portanto, a atuação de forma planejada por parte do grupo dos fazendeiros.

No ataque que resultou no assassinato de Nega Pataxó, de acordo com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), houve a convocação por parte do Movimento Invasão Zero, para que fazendeiros e produtores rurais se dirigissem à Ponte do Rio Pardo, para uma ação de “reintegração de posse” sem qualquer decisão judicial. O chamado, nitidamente, deu-se com o intuito de intimidar o povo Hã-Hã-Hãe, o qual se encontrava, registra-se, sob o próprio território tradicional.

A convocatória foi publicada no perfil do instagram “@invasao\_zero\_”: “O Movimento Invasão Zero, de forma ordeira, segura e pacífica, convoca em caráter de urgência, todos os produtores rurais, agricultores, comerciantes e proprietários em geral a comparecerem amanhã, dia 21 de janeiro de 2024, às 10hs da manhã, na ponte do Rio Pardo para uma ação de reintegração de posse a fazenda invadida do Sr. Américo Almeida. Na Bahia invasão não se cria”.

Diversas outras postagens neste perfil do instagram são provas da conduta criminosa adotada pelo movimento, o qual, em autodeterminação e sem receio de qualquer sanção, busca organizar-se para atacar comunidades indígenas do país, territórios tradicionais e movimentos sociais do campo sob o lema “Invasões de Propriedades: ou a gente acaba com elas, ou elas vão acabar com o Brasil”.

---

<sup>6</sup> <https://www.brasildefato.com.br/2024/02/07/invasao-zero-coordenadora-de-grupo-suspeito-de-milicia-deve-r-26-milhoes-a-uniao>

<sup>7</sup> <https://www.brasildefato.com.br/2024/02/07/invasao-zero-coordenadora-de-grupo-suspeito-de-milicia-deve-r-26-milhoes-a-uniao>



Apesar de se organizar para cometer crimes (reintegração de posse violenta e sem autorização judicial), o Movimento Invasão Zero lançou no Congresso Nacional, em outubro de 2023, a Frente Parlamentar Invasão Zero. O lançamento da Frente Parlamentar contou com a presença do ex-presidente Jair Bolsonaro e de seus ex-ministros Ricardo Salles (Meio Ambiente) e Tereza Cristina (Agricultura, Pecuária e Abastecimento), que hoje são, respectivamente, deputado federal e

senadora<sup>8</sup>. A Frente Parlamentar Invasão Zero, segundo nota publicada no site da Confederação Nacional da Agricultura, “visa se contrapor ao veto ao Marco Temporal<sup>9</sup>, recém-aprovado pelo Congresso, e defender o direito à propriedade. O grupo também deve apoiar, na Câmara dos Deputados e no Senado, outros temas de interesse do agronegócio, como a aprovação do Projeto de Lei dos Pesticidas, a proposta que trata de Crédito e Refinanciamento de Dívidas para os Produtores de Leite e a Tributação das Offshores”.<sup>10</sup>

Em fevereiro de 2023 a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) ingressaram com uma representação criminal junto à Procuradoria da República na Bahia, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, contra o Movimento Invasão Zero, alegando que o mesmo se constitui como uma organização criminosa, uma vez que, o grupo se associou por meio de entidade jurídica, de forma estruturada e com divisão de tarefas, valendo-se da violência, intimidação, corrupção, fraude ou de outros meios assemelhados para cometer crime<sup>11</sup>.

Corroborando a interpretação da APIB, em entrevista à Ong Repórter Brasil, o defensor regional de direitos humanos na Bahia, Gabriel Cesar, da Defensoria Pública da União (DPU), afirmou que o grupo tem uma ‘gênese criminosa’ ao constituir um grupo armado para fazer “reintegração de posse ilegal” e sem autorização judicial. “Isso é formação de milícia. Precisa ser investigado”, disse ele.<sup>12</sup>

A organização criminosa é também fruto dos estímulos à violência e ao armamento contra os povos do campo, promovidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Apesar do grupo existir oficialmente desde 2023, os ataques e denúncias remontam pelo menos ao ano de 2021. Ações e grupos como esses são uma prática histórica que vem se repetindo no Brasil a muitos anos e foram responsáveis por um sem-número de ações de ameaças, intimidações e assassinatos no campo, no país onde a impunidade é uma realidade.

#### Pedidos:

1. Que a CIDH recomende ao Estado Brasileiro que se investigue e atue no desmantelamento das milícias armadas, em especial o Movimento Invasão Zero;

---

<sup>8</sup> <https://www.cnabrasil.org.br/noticias/congressistas-lancam-frente-parlamentar-invasao-zero>

<sup>9</sup> Marco temporal é uma tese jurídica segundo a qual os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam na data de promulgação da Constituição de 1988. Em setembro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas, decidindo que a demarcação das terras indígenas independe do fato de que as comunidades estivessem ocupando ou disputando a área na data de promulgação da Constituição Federal. Em oposição à decisão do STF, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 14.701/2023, prevê que os indígenas só têm direito ao reconhecimento e demarcação de seus territórios se comprovarem presença física nestas áreas em 5/10/1988, data da promulgação da Constituição Federal.

<sup>10</sup> <https://www.cnabrasil.org.br/noticias/congressistas-lancam-frente-parlamentar-invasao-zero>

<sup>11</sup> <https://apiboficial.org/2024/02/03/apib-e-apoinme-entram-com-representacao-criminal-contra-organizacao-de-fazendeiros-que-assassinou-a-paje-nega-p>

<sup>12</sup> <https://reporterbrasil.org.br/2024/02/cacau-e-odio-aos-indigenas-invasao-zero/>

2. Que a CIDH recomende a dissolução do MOVIMENTO INVASÃO ZERO, associação privada registrada sob o CNPJ 52.272.178/0001-95.
3. Que a CIDH cobre do Estado Brasileiro uma investigação completa e diligente do assassinato de Nega Pataxó e a respeito do ataque sofrido pelo povo Pataxô Hã-hã-Hãe no dia 21 de janeiro de 2024.
4. Que a CIDH recomende o reconhecimento e demarcação do território pertencente a Reserva Caramuru – Paraguassu.

Atenciosamente,



Sandra Carvalho

Coordenadora do Programa de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos e da Democracia